



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

CONTRATO Nº 46/2019
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 69/2019

O Município de Mostardas, pessoa jurídica de direito público interno, criado pela Lei Estadual nº 4691, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 88.000.922/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, CPF nº 938.002.070-87 e CI nº 7073723582 com poderes que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **VIRTUAL MOSTARDAS - COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME**, portador do CNPJ nº. 07.832.765/0001-37, com sede na Rua Independência, 581, sala 1, Centro, 96270-000, em Mostardas/RS, tendo como representante o Sr. Carlos Araújo, brasileiro, solteiro, empresário, portador de RG nº 2080062199 SSP/RS, e CPF nº. 001.851.800-19, residente e domiciliado na Rua Luiz Araújo, nº. 1024, Centro, 96270-000, Mostardas/RS, doravante denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho do Processo Licitatório nº 126/2019, Protocolo Interno nº 135/2019, conforme Dispensa por Justificativa nº 69/2019, de acordo com art. 24, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, declaram por este instrumento, e na melhor forma do direito, ter justo e acertado entre si, mediante cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente contrato corporifica-se na prestação de serviços de MPLS PARA OBTERMOS COMUNICAÇÃO ENTRE OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ALMOXARIFADO CENTRAL, de janeiro à dezembro de 2019.

Lote	Item	Quant	Un	Descrição	Detalhes	V. Unitário	V. Total
1	1	12,00	MÊS	SERVIÇOS DE MPLS COM EMPRESA DE ISP	PARA OBTERMOS COMUNICAÇÃO ENTRE OS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O ALMOXARIFADO E PREFEITURA COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 10 MB DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019	290,00	3.480,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Ligação física entre os prédios da Administração Pública, Almojarifado Central e Prefeitura Sede;
- Fornecimento de instalação e configuração (roteamento, segurança, QoS e contingência) de equipamentos dos prédios municipais;
- Atender e responder as reclamações do CONTRATANTE;
- Cientificar o CONTRATANTE sobre toda e qualquer alteração nas condições de prestação de serviço, inclusive referente à mudança de tecnologia que enseje modificação dos termos deste contrato;
- Respeitar a inviolabilidade e o sigilo da comunicação do CONTRATANTE;
- Manutenção preventiva e corretiva necessárias ao funcionamento dos serviços prestados nos termos deste contrato;
- Fornecer especificações sobre a infraestrutura a ser providenciada/suportada pelo CONTRATANTE.
- Consulta aos Sistemas de Gestão Pública entre Secretarias conectadas;
- Aplicação de políticas de segurança nos computadores por todas as secretarias conectadas aos servidores da Prefeitura;
- Aplicação de licenças de Antivírus compradas e já disponíveis, todavia dependente da conexão com os servidores da Prefeitura;
- Aplicação de técnicas de segurança como Backup dos dados dos usuários, centralização de acesso à internet e controle de acesso a informações confidenciais;
- Manutenção e suporte via acesso remoto; sem perda de tempo com deslocamento;
- Instalação de aplicativos e suas atualizações remotamente;
- Finalização das configurações dos servidores adquiridos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Manter seus dados cadastrais devidamente atualizados;
- Não comercializar, ceder, alugar, sublocar, compartilhar, disponibilizar ou transferir a terceiro, inclusive condomínios, seja a que título for, os serviços contratados, nos termos desse contrato;
- Responsabilizar-se pelas falhas e interrupções ocorridas na prestação dos serviços, em virtude do uso inadequado de seus equipamentos e dos equipamentos da CONTRATADA, de conexões e/ou de aplicativos de software que venham a ser utilizados por força do presente contrato;
- Garantir o livre acesso de empregados da CONTRATADA, devidamente identificados ou de terceiros que venha a credenciar e a indicar, às suas dependências para a adequada operação, verificação e manutenção dos serviços;
- Fornecer, operar e manter a sua rede interna dentro das especificações técnicas necessárias ao funcionamento dos serviços contratados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

- f) Somente conectar à rede da CONTRATADA, equipamentos compatíveis e que obedeçam aos padrões e características técnicas e legais aplicáveis;
- g) Providenciar local adequado em suas dependências, bem como a infraestrutura necessária a correta instalação e funcionamento dos serviços fornecidos pela CONTRATADA;
- h) Responsabilizar-se pela guarda dos equipamentos eventualmente fornecidos pela CONTRATADA não permitindo que venha a recair sobre os mesmos penhora, arresto ou sequestro;
- i) O CONTRATANTE será o único e exclusivo responsável.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA.

É condição de existência, validade e eficácia do presente contrato, a viabilidade técnica da instalação e funcionamento dos equipamentos e a liberação da área onde os mesmos serão instalados, de maneira que, na hipótese de impossibilidade da consecução do objeto ora pactuado, as partes estarão desobrigadas ao cumprimento deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O prazo presente contrato para prestação dos serviços é o período de 12 (doze) meses, podendo ser renovado a critério do CONTRATANTE, de acordo com o art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Em caso de renovação deste contrato o valor poderá ser reajustado, a pedido da parte interessada, pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, para recuperação do equilíbrio econômico-financeiro, art. 65, Inciso II, d da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

a) Pelos serviços mencionados na Cláusula primeira deste contrato, a CONTRATADA receberá o valor total de **R\$ 3.480,00** (três mil quatrocentos e oitenta reais), sendo que receberá por mês **R\$ 290,00** (duzentos e noventa reais) após apresentação da nota fiscal dos serviços;

b) A CONTRATADA deverá informar ao contratante: nome do Banco, Agência e Conta Corrente para depósito online, sendo esta a única forma de pagamento a ser efetuada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente do presente contrato correrá por conta da seguinte rubrica:
(5090) 2.019 - 3.3.90.40.13.00.00 – Comunicação de Dados – SMA.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

a) Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78 da Lei 8.666/93, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE;

b) A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstas no art. 79 da Lei 8.666/93;

c) A CONTRATADA reconhece o direito do CONTRATANTE no caso de rescisão, nas hipóteses previstas nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93;

d) Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato deverá comunicar a outra com antecedência de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES E MULTA

A CONTRATADA se sujeita as seguintes penalidades:

Sem prejuízo do previsto nos artigos 86 à 88 da Lei Federal nº 8666/93, o licitante vencedor poderá sofrer as seguintes penalidades:

a) caso ocorram pequenas irregularidades: advertência;

b) por atraso na disponibilidade do sistema aos usuários: multa de 0,25% por dia de atraso, sobre o valor estimado para contratação;

c) Deixar de manter proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

d) **Executar o contrato com irregularidades**, exceto a prevista na letra b: passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência e ressarcimento ao erário público dos prejuízos causados;

e) **Executar o contrato com atraso injustificado**, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo IGPM;

f) **Inexecução parcial do contrato**: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) **Inexecução total do contrato**: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo IGPM;

h) Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato,

i) A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 8.666/1993

j) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração;

k) Após este contrato ser firmado pelas partes, o mesmo só poderá ser suspenso nos casos previstos em lei, respondendo aquele que der causa pelo inadimplemento imotivado às cominações pertinentes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS
Secretaria Municipal de Administração
Setor de Licitações e Compras

l) O atraso citado na alínea “b” do item anterior, por mais de 10(dez) dias, implicará na aplicação da multa de 20% sobre o valor total da mesma e poderá acarretar a anulação da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, legislação e demais princípios jurídicos aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REPRESENTANTE DO CONTRATO

A fiscalização do fornecimento será feita pela administração municipal. A fiscalização dos contratos ficará a cargo dos servidores nomeados pela Portaria nº 789.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Mostardas para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Mostardas, 11 de fevereiro de 2019.

MOISÉS BATISTA PEDONE DE SOUZA

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

VIRTUAL MOSTARDAS - COMÉRCIO DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

Carlos Araújo
CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____
CPF: 467.369.130-04

2 - _____
CPF: 914.260.220-34

Aprovado por: